

Economistas criticam plano de governo de Lula

(Sandro Lima)

O programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi submetido à análise de especialistas nas áreas política, econômica e de políticas sociais. As principais críticas vieram dos economistas, que consideram as propostas do candidato Lula insuficientes para garantir um crescimento acima de 5% nos próximos quatro anos. Na área política, os analistas consideram positiva a menção à reforma política, mas alertam que os pontos prometidos pelo governo não vão solucionar as causas da crise.

O economista Raul Velloso afirmou que o programa do PT na área econômica só traz coisas boas e tranquilas e que não menciona questões que seguramente serão tratadas em 2007, como um forte ajuste fiscal. “Não acredito em programa de candidato. Isso tudo é ilha da fantasia. O próximo será difícil e o governo terá que tomar medidas duras como um ajuste fiscal mais rígido”, afirmou.

Dentro das metas propostas pelo governo estão a recuperação do salário mínimo acima da inflação, a redução da relação dívida pública/PIB e da taxa de juros, taxa de investimento acima dos 25% para garantir um crescimento superior ao atual. De acordo com o professor Carlos Pio, do departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), as promessas feitas no programa de governo não são capazes de gerar altas taxas de crescimento nos próximos anos. Segundo o professor, o programa “tem muita promessa, mas pouco realismo”. Segundo ele, o programa não contempla soluções e reformas para principais obstáculos ao crescimento econômico: tamanho do estado, elevada carga tributária e ambiente desfavorável aos negócios.

Para o professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é positiva a opção do governo em aprofundar o Bolsa Família. “O que precisa ser feito é uma melhora na qualidade do Bolsa Família para que realmente se torne uma porta de saída para a pobreza”, avaliou.

O cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília, disse ser positivo que a reforma política entre na pauta de discussões para os próximos quatro anos, mas, para ele, tal proposta não deveria ser assunto da campanha eleitoral, pois é prerrogativa do Congresso. Para o historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal de São Carlos, as medidas propostas pelo governo não vão resolver a crise política que se abateu sobre o Congresso. “Falar apenas em fidelidade partidária, voto e lista e financiamento de campanha é como pintar uma casa que tem problemas na estrutura”, avaliou.

/td>